

VIDAS RESSIGNIFICADAS PELA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS FEMINISTAS PARA UM MUNDO JUSTO

GIVING A NEW MEANING TO LIVES THROUGH EDUCATION: FEMINIST PRACTICES FOR A FAIRER WORLD

Michelle dos Santos¹

Larissa Silva Nascimento²

Resumo: Este artigo se propõe a pensar práticas libertárias de educação e de enfrentamento das estruturas não apenas machistas como ainda classistas e racistas. Para tanto, promove o encontro das mulheres brasileiras: Bruna Rocha, Carla Carvalho, Cecília Dias de Oliveira, Ilza Aparecida Fortes e Maria da Penha Silva pela prosa da repórter Karla Maria com as trajetórias de Antonieta de Barros, Esperança Garcia e Maria Firmina dos Reis, apresentadas pela escritora Jarid Arraes. O fato dessas histórias de vida figurarem o que Karla Maria denomina de periferias existenciais deu lastro teórico-metodológico à pesquisa que levou em conta o combate ao epistemicídio (Sueli Carneiro) do qual elas foram vítimas, valendo-se ainda das ideias de interseccionalidade (Angela Davis), linguagem como ação (Audre Lorde) e Outro do Outro (Djamila Ribeiro e Grada Kilomba).

Palavras-chave: Mulher. Educação. Interseccionalidade.

180

Abstract: This article aims the reflection on libertarian practices of education to facing on structures that are not only sexist but racist and classist as well. Therefore, we had joined five Brazilian women life stories – Bruna Rocha, Carla Carvalho, Cecília Dias de Oliveira, Ilza Aparecida Fortes e Maria da Penha Silva – introduced by the reporter Karla Maria's text, combined with those of Antonieta de Barros, Esperança Garcia and Maria Firmina dos Reis, introduced to us by the writer Jarid Arraes. These life stories represent what Karla Maria called existential peripheries providing a theoretical-methodological basis for the research on the struggle against epistemicide (Sueli Carneiro) that victimized them, also applying the idea of intersectionality (Angela Davis), language as an action (Audre Lorde) and The Other's Other (Djamila Ribeiro and Grada Kilomba).

Keywords: Woman. Education. Intersectionality.

Vidas que educaram para a emancipação e não para a adaptação

¹ Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Professora dos cursos de História e Pedagogia na Universidade Estadual de Goiás (UEG) - Formosa-GO. É líder do GPTEC-UEG/CNPq: Grupo de Pesquisa em Imagens Técnicas, desde sua fundação, em 2011. E-mail: michelle.santos0803@gmail.com

² Doutora em Literatura pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEDF) - Planaltina-DF. E-mail: larissa.silvanascimento@gmail.com

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

As obras escolhidas para análise no artigo que ora se apresenta, *Mulheres extraordinárias* e *Heroínas Negras brasileiras: em 15 cordéis*, escritas respectivamente pela jornalista paulistana Karla Maria e pela escritora, cordelista e poeta cearense Jarid Arraes, contam histórias de mulheres negras e/ou periféricas que protagonizaram movimentos de autonomia e lutas no Brasil – desde a revolução armada, passando pelos direitos civis, até a resistência baseada na educação.

Esta última foi tomada como campo de observação da pesquisa e guiou a seleção das seis personagens dentre outros nomes femininos re-construídos, reconhecidos e reabilitados pelos livros de Karla Maria e Jarid Arraes. Assim, a preferência pelo quadro teórico discutido nos parágrafos seguintes acompanhou nosso recorte, focando nas experiências heterogêneas e não canônicas feitas com lápis, papel e livros, com escolas e cursos. O artigo trata de periferias existências, mas o faz sem recorrer às imagens negativas, passivas e de submissão das mulheres.

Como ressalta a professora e filósofa estadunidense Angela Davis, partícipe fundamental do nosso quadro teórico, a educação é um importante instrumento ao se desafiar o poder dominante e buscar formas de libertação e transgressão da ordem vigente. Dessa maneira, a apropriação da educação por mulheres periféricas e negras tem sido uma das mais eficazes estratégias de transcendência às opressões, reconstruções identitárias, restauração de humanidades e orientação à construção de uma sociedade mais justa, antirracista e antissexista.

Na obra *Mulheres, classe e raça*, Davis estabelece a teoria da interseccionalidade³, caráter próprio dos feminismos negros. A partir da percepção de como as opressões combinadas e inter cruzadas afetam profundamente vidas do gênero feminino, as análises puderam evoluir. Enquanto grande parte da esquerda ortodoxa de seu tempo tendia a valorizar a classe em detrimento dos demais mecanismos de coerção social, a autora (2016, p. 12-13) declarava abertamente que:

as organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça.

3 A primeira teórica feminista negra a usar o conceito de “interseccionalidade” foi Kimberlé Crenshaw, em 1991, fundadora do Centro de Interseccionalidade e Estudos de Política Social da Columbia Law School (CISPS) e presidente do Centro de Justiça Interseccional (CIJ).

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras.

As opressões, portanto, são interdependentes umas das outras. Não se pode elencar uma como prioritária porque são correlacionais e estruturais. O racismo condiciona como experimentar o gênero, ou seja, a maneira pela qual o sexo é histórica e socialmente construído, assim como o sexismo – definido como exploração e controle institucionalizados do corpo das mulheres pelo patriarcalismo – indica como experimentar os fatores étnico-raciais, as diferenças demarcadas cotidianamente para a cor da pele.

Assim, podemos vislumbrar o encontro da abordagem interseccional de Angela Davis com a da antropóloga e política mineira Lélia Gonzalez (2011, p. 13):

182

Temos um exemplo de definição do feminismo: consiste na 'resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada' (Astelarra). Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo. Exatamente porque tanto o racismo como o feminismo partem das diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação.

Classe, raça e gênero são categorias combinadas e indissociáveis e, para além delas, atualmente, uma abordagem realmente interseccional leva também em consideração fatores como colonialidade, sexualidade, idade e muitos outros que interferem na constituição social de cada sujeito.

A colonialidade, como projeto definidor e formador da modernidade, não uma mera derivação dela, é um conceito que se tornou fulcral em estudos sobre mulheres negras, latinas e periféricas porque evidencia que os processos históricos de colonização e de racialização se encontram no sistema capitalista desde o século XVI quando, a partir de então e cada vez mais, as ideias e estruturas de dominação foram

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

se aprofundando pelas violências sistemáticas empregadas para o controle da força de trabalho e para a divisão do mundo entre colonizadores e colonizados, centro e periferia, superiores e inferiores, modernos e tradicionais.

O sociólogo peruano Aníbal Quijano define como colonialidade do poder o padrão mundial que nasceu com a colonização da América, mas que a transcendeu, chegando aos dias atuais. Tal padrão, que se fundamenta na ideia de raça para operar sua classificação social básica (QUIJANO, 2002, p. 4), se combina com a colonialidade do ser, definida pelos colombianos Eduardo Restrepo e Axel Rojas como “la dimensión ontológica de la colonialidad del poder” (RESTREPO; ROJAS, 2010, 156) e com a colonialidade do saber:

se puede afirmar que con la noción de colonialidad del saber se pretende resaltar la dimensión epistémica de la colonialidad del poder; se refiere al efecto de subalternización, folclorización o invisibilización de una multiplicidad de conocimientos que no responden a las modalidades de producción de ‘conocimiento occidental’ asociadas a la ciencia convencional y al discurso experto (RESTREPO; ROJAS, 2010, 136).

183

Partindo de todos esses vetores de desigualdade que constituem nossa sociedade, a educação deve construir subjetividades com senso crítico, com posicionamento político consciente para que se tornem cidadãos capazes de exigir seus direitos e cumprir seus deveres. Esse era o posicionamento do patrono da educação nacional, Paulo Freire, ao defender que “*A educação não transforma o mundo, a educação muda pessoas e as pessoas transformam o mundo*” (1979, p. 84).

Para as mulheres negras e periféricas, a educação desempenha o papel de estruturar o olhar oposicional, levando à produção de questionamentos, à capacidade de autodefinição e de enfrentamento coletivo das violências físicas e simbólicas às quais elas são expostas. Trata-se de assumir uma “posição epistemológica”, de transformar-se pela consciência da necessidade de justiça e pela busca de liberdade e, assim, ultrapassar “*a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível*” (FREIRE, 2006, p. 30).

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Portanto, é demanda dos feminismos a defesa de uma educação de qualidade, gratuita, antirracista e antissexista para que crianças, especialmente as negras e aquelas em condições econômicas de vulnerabilidade, possam entender seu lugar de fala, refletir sobre a sua existência, conhecer a cultura e as narrativas da negritude e da periferia para combater violações e configurar resistências e formas de empoderamento.

Entende-se que a teoria interseccional estuda identidades sociais sobrepostas e interdependentes que configuram as relações de opressão e a política de dominação dos grupos minoritários. Segundo Djamila Ribeiro (2017, p. 71), filósofa brasileira, no livro *O que é lugar fala?*:

Este [o movimento negro e de mulheres] seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas de experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? – já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra.

184

Sobre as diferentes formas de reflexão e de luta política feminista, Karla Maria, em *Mulheres extraordinárias*, conta a história de Bruna Rocha, representante do Coletivo Enegrecer que defende uma educação voltada para a “*descolonização do conhecimento*” (MARIA, 2017, p. 17), para a qual seria obrigatório o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras nos ensinos Fundamental e Médio. Por isso, os membros do citado coletivo militam em favor da Lei nº 10.639/2003 que trata do ensino da história e da cultura africana nas escolas e, conseqüentemente, do combate às discriminações raciais em sala de aula. Reivindicam ainda que esta lei seja, de fato, implementada, pois sua promulgação se deu em 2003, mas não é integralmente cumprida nas realidades escolares do Brasil.

Mulheres extraordinárias se compõe por fragmentos de testemunhos recolhidos pela jornalista Karla Maria em suas andanças investigativas pelo Brasil, por pesquisas demográficas e por dados estatísticos. Na perspectiva do jornalismo

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

literário, a autora media e compartilha histórias de vida pouco conhecidas, porém admiráveis, pautadas na solidariedade contra os processos históricos de segregação.

A obra é dividida em 12 categorias que reúnem narrativas de mulheres extraordinárias associadas por temas em comum. No prólogo, a própria Karla Maria explica que essa obra é um apanhado de 15 anos do árduo e intenso trabalho como repórter que a fez percorrer várias realidades (2017, p. 11):

De mochila nas costas, bloquinho na mão e All Star nos pés, já peguei metrô, barco, caminhão e avião para ouvir, ver e contar estas histórias. Cortei deserto, rios, subi e desci os morros das periferias, atravessei presídios, visitei outros países e corações, saí de mim.

Como alguém que habita as ruas e transita pelos espaços marginalizados, a jornalista se torna também uma “mulher extraordinária” de acordo com o sentido de reparação do qual seu texto se investe: *“Das margens das rodovias gaúchas às palafitas de Salvador ou sarjetas de São Paulo, elas estão aqui para serem conhecidas”* (MARIA, 2017, p. 12).

Nesse tino, Karla Maria ainda chama a professora e historiadora Carla Carvalho para contar sua história sobre a educação. Carla Carvalho percebe que a precariedade de recursos básicos – financeiros, físicos e pedagógicos – da educação brasileira influencia na carência de diversidade cultural do currículo programático e na dificuldade de serem construídos saberes transformadores da realidade na qual se inserem as(os) alunas(os) e capazes de subverter o poder normatizador eurocêntrico. Nesses moldes, a educação não cumpre o objetivo de formar sujeitos que possam intervir ativamente nos contextos dados.

Ainda na mesma obra, na seção *Mestras e aprendizes*, a jornalista conta a história de Cecília Dias de Oliveira: baiana, natural de São Estevão, mas moradora dos morros da Brasilândia, periferia da zona oeste da grande São Paulo, à época da entrevista. Cecília, aos 75 anos de idade e com a visão comprometida, é aluna do projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova) e enfrenta todas as dificuldades de aprendizagem que recaem sobre quem sobrevive com uma renda de 880 reais, pensão recebida pela morte do marido. Morando em condições de saneamento básico e iluminação pública precárias, esta mulher, uma entre tantas

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

outras idosas pobres e sem instrução formal no Brasil, foi empregada doméstica por toda a vida para criar seus três filhos.

Cecília é aluna da professora Ilza Aparecida Fortes que usa a Paróquia Nossa Senhora Aparecida como sala de aula para ensinar adultos e idosos das segundas às quintas-feiras, no período noturno. Diante do exposto, percebe-se a relação entre taxa de analfabetismo, classe social e idade: quanto mais velha e mais pobre, maior a quantidade de indivíduos analfabetos naquela faixa populacional.

As mulheres da geração de Cecília ficaram atadas aos papéis de mãe e esposa e, se trabalharam formalmente, a elas foram impostas ocupações naturalizadas como femininas (professora na educação infantil, nos primeiros anos da educação básica ou enfermeiras, por exemplo) e/ou que não exigiam qualificação (babá, faxineira ou empregada doméstica, seu caso).

No entanto, por meio de contínua e incessante luta por igualdade, as mulheres conquistaram o direito ao voto e ao mercado de trabalho e seguem exigindo paridade salarial, mais acesso ao ensino superior e aos cursos pós-graduação. O aumento do número de alfabetizadas, de mulheres que concluíram o ensino médio e de pesquisadoras nas ciências humanas e exatas é também fruto das práticas feministas.

Segundo aponta a própria Karla Maria nesta obra, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2014 constatou que a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos de idade ou mais era de 8,3% e que essa porcentagem aumenta à medida que a idade avança, chegando a 23,1% entre pessoas com 60 anos ou mais. Por isso, o trabalho feito pelo projeto Mova é de fundamental relevância ao alfabetizar adultos e idosos com base nos pressupostos filosóficos e nas metodologias de Paulo Freire, para quem a ação pedagógica deve ser a leitura do mundo do educando, retirando da sua própria realidade os conteúdos e as interfaces de estudo.

Dessa forma, para Ilza Aparecida Fortes, a educação no projeto é inclusiva e contextualizada: *“Aqui, criamos atividades que todos possam fazer juntos. Tentamos incluir mesmo, não separar, para não ter divisões de salas como ocorre por aí. Nosso trabalho é ensinar também a viver em sociedade”* (MARIA, 2017, p. 172). O projeto também tem por objetivo desenvolver atividades pedagógicas específicas para alunos adultos e idosos por possuírem um tempo particular de compreensão e apropriação do conteúdo ensinado.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Já Cecília Dias de Oliveira, a mulher anciã invisibilizada, tem na luta contra o analfabetismo uma das maiores armas para o combate às opressões a ela infligidas. Em seu letramento, busca o caminho para a libertação de sua consciência e de seu corpo das amarras criadas pela feminização da pobreza e pelo classismo.

Ainda na seção *Mestras e aprendizas*, Karla Maria traz à tona a história de Maria da Penha Silva: 56 anos de idade, mulher negra, professora há 12 anos na rede pública de ensino, na Fundação Casa Paulista, onde ensina língua portuguesa a adolescentes infratores com idade entre 15 e 17 anos. Segundo levantamento realizado pelo Ministério Público e apresentado em *Mulheres extraordinárias* (MARIA, 2017, p. 181), a maioria desses adolescentes, cerca de 52,8%, envolveram-se em roubos, sendo o tráfico de drogas responsável por apenas 22,8% das detenções.

Os alunos para os quais Maria da Penha Silva leciona pararam de estudar há alguns anos e estão em faixa etária não correspondente à idade compatível a cada série. A maioria cursa o segundo ciclo do Ensino Fundamental e outra parcela significativa, o Ensino Médio, poucos concluíram a Educação Básica. Tais fatos demonstram uma correlação entre baixa escolaridade e infração da lei. Logo, a maioria dos adolescentes detidos também possuem precário acesso à educação e, assim, à oportunidade de trabalho e vida dignas.

Maria da Penha Silva vale-se do conhecimento adquirido no auxílio a outras pessoas socialmente vulneráveis no mesmo processo de luta pela emancipação. Trabalho que se torna ainda mais significativo por seus alunos serem adolescentes infratores, geralmente, negros e carentes, já que, nas práticas do sistema penal vigente, esses meninos são alvos fáceis de injustiças e chegam ao crime devido à pobreza, à miséria, ao tráfico de drogas, às milícias, à violência urbana, à falta de estrutura familiar e de oportunidades que afetam as favelas brasileiras.

Os estudantes atendidos por Maria da Penha Silva ainda são alvos do genocídio negro perpetrado pelo racismo institucional representado pela violência policial e pelo sistema penal sobre o qual pairam muitos indícios e acusações de corrupção. Dessa forma, proporcionar educação e conscientização a esses indivíduos em fase de formação de caráter e valores é, também, oportunizar acesso à cidadania e às possibilidades de romper o círculo criminoso e agressivo que consome suas vidas.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Maria da Penha Silva, refletindo sobre a realidade de seus alunos, declara que *“A sociedade já os julgou. Já estão aqui pagando o que devem à sociedade, então meu papel é ajudá-los a aprender, e não julgá-los. É ajudá-los a ver possibilidades de mudança através do conhecimento”* (MARIA, 2017, p. 181). A professora explica que as aulas de português servem para que os meninos se apropriem do texto na medida em que se apresenta como espaço de reflexão sobre suas próprias histórias de vida. Por esse motivo, os textos levados para sala de aula são aqueles que trazem entendimento sobre questões sociais, para que repensem suas trajetórias e os levem a reescrever suas histórias. Trata-se, portanto, de uma pedagogia social, inclusiva e contextualizada.

Maria da Penha Silva orientou seus alunos, a partir das atividades propostas nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, a escrever textos sob a temática “O lugar em que vivo”. Depois, a docente selecionou alguns trabalhos e os inscreveu nas Olimpíadas, concorrendo nas categorias poema, crônica, memória literária e artigo de opinião.

Um texto escrito por seu aluno Paulo, de 17 anos, chamou a atenção dos avaliadores e venceu o concurso na categoria poema, exemplificando os frutos da metodologia emancipatória e antielitista adotada pela professora. Nele, Paulo versa sobre sua realidade: *“Acordo e vejo grades. Meu peito dói de verdade. Só quem passou. Por isso sabe. De todas as realidades. E crueldades... A maior necessidade. É a Liberdade!”* (MARIA, 2017, p. 183). Nas palavras de Freire:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência de pessoas é muito maior com a morte do que com a vida (FREIRE, 1996, p.33-34).

Nessa perspectiva, Maria da Penha Silva é mestra que inspira seus aprendizes e mostra o caminho para a libertação a partir da educação e do conhecimento compreendendo, assim como Angela Davis, que apenas a educação pode realmente libertar a comunidade negra dos processos de exploração ainda presentes e possibilitar aos jovens negros escapar do atual extermínio sistemático e oficializado pelo Estado de bases excludentes e elitistas.

Vidas que educaram para a justiça e para o fim da violência

Na obra *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis* a intenção de Jarid Arraes é transmutar o modo como entendemos o passado e lidamos com presente de nosso país. É importante analisar que no último cordel dessa coletânea sobre mulheres pretas, a autora deixa as linhas em branco e abre um espaço de 6 páginas para que seus leitores narrem, em cordel, uma mulher negra que marcou a história ou suas vidas, atribuindo a todas(os) o desafio de recordar histórias invisibilizadas.

Na última página da obra, há o e-mail de contato com a escritora – contato@jaridarraes.com – para que os leitores-escritores enviem suas histórias e, dessa forma, haja retorno e circulação do material produzido. Jarid Arraes pede ainda que o público, não apenas receptor, mas também enunciador, compartilhe as histórias nas mídias sociais com a hashtag #HeroínasNegras, para que se construa uma rede de difusão para tais narrativas. Arraes se vale de ferramentas digitais para compor uma cadeia infinita e autossuficiente de informações e de ensino-aprendizagem sobre a vida de heroínas negras, combatendo criativamente os processos de epistemicídio.

A poética de Jarid Arraes produz um incessante re-visitar das vidas de mulheres negras. Ela produziu mais de 60 cordéis, dos quais selecionou 15 para a publicação nesta obra, e contou com as ilustrações que remetem a xilogravuras, de Gabriela Pires, que também fez o projeto gráfico e a diagramação da obra.

Arraes é também fundadora do Clube da Escrita Para Mulheres. Hoje vive na grande São Paulo onde atua ativamente em favor de estimular a produção e circulação de obras de autoria feminina, uma militante feminista literária na área de escrita para e por mulheres.

A primeira história escrita por ela em *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*, para honrar sua ancestralidade, como costuma dizer, é a de Antonieta de Barros, professora, escritora e política, que viveu entre 1901 e 1952, tornando-se um ícone da defesa da educação para todos e dos movimentos negros e de emancipação das mulheres.

No decorrer do cordel, a escritora deixa claro que Antonieta de Barros conquistou espaços sociais e entrou no restrito círculo do poder político dadas às

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

oportunidades de estudo que teve e ao seu esforço emancipatório, que alimentaram e foram alimentados pela sua ideia da regeneração do mundo pela instrução formal.

Embora de origem pobre e órfã de pai ainda na infância, Antonieta de Barros teve em sua mãe, uma escrava liberta, a inspiração para superar as dificuldades, tornando-se senhora de sua consciência desde muito jovem, pois tinha clareza de que a superioridade do homem não era um dado natural e que o acesso à cultura, por exemplo, variava consoante à cor e à classe. Como conta Jarid Arraes, ainda com dezessete anos ela ingressou na Escola Normal Catarinense, uma das raras instituições que permitiam o ingresso feminino, formando-se professora de Português e Literatura no ano de 1921.

Fundou, em 1922, um curso particular no qual ensinou e alfabetizou durante toda sua vida, dividindo seu conhecimento com pessoas carentes e de origem humilde, assim como ela. Isto corrobora com os argumentos de Angela Davis ao explicar que, desde os primórdios da escravização, as(os) negras(os) que tinham acesso à educação logo se comprometiam em ensinar e repassar o conhecimento às(aos) suas(seus) irmãs(irmãos).

Entre 1922 e 1927, Antonieta fundou e atuou no jornal *A Semana*, debatendo política, educação e desigualdades sociais, principalmente as relacionadas a fatores de gênero e raça. Nessas categorias, interessa-nos problematizar além das dimensões biológicas e reconhecer as relações de poder desiguais que são erguidas em torno delas, que estão longe de ser imutáveis ou determinadas apenas pela genética.

Em 1937, Antonieta de Barros publicou o livro *Farrapos de ideias*, sob o pseudônimo de Maria da Ilha e, à mesma época, se filiou à FBPF (Federação Brasileira pelo Progresso Feminino). Antes, nas eleições de 1934, representando o Partido Liberal Catarinense, marcou sua presença na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, cargo que exerceu até 1937 – quando se instaurou a ditadura de Getúlio Vargas – em favor da educação e contra discriminações combinadas. Ela é reconhecidamente a primeira negra brasileira a assumir um mandato popular no Brasil, lembrando que só em 1932, ou seja, dois anos antes, o voto feminino passou a ser permitido no país.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Hoje em dia, em honra a essa heroína negra, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina concede a Medalha Antonieta de Barros a mulheres que combatem desigualdades de gênero. Nas palavras de Jarid Arraes (2017, p. 18):

Pois não era só mulher
O que era já difícil
Era negra num passado
De racismo, de suplício
Bem pior que atualmente
E sem sucesso propício.

Antonieta de Barros representa a figura do “Outro do Outro”, conceito trabalhado por Djamila Ribeiro a partir da obra da escritora portuguesa Grada Kilomba que, sendo mulher e negra, teve que enfrentar, nos anos de 1920 e no cenário da ditadura militar dos anos de 1960, grandes barreiras para conquistar sucesso como professora, diretora, jornalista e deputada. O “Outro do Outro” porque as dinâmicas falocêntricas agiam estruturalmente para deslegitimar seu conhecimento e sua atuação política e a submetiam a um duplo processo de desautorização: um proveniente da sociedade patriarcal e o outro do racismo de origens escravocratas. Djamila Ribeiro (2017, p. 38-39) trata o conceito formulado por Grada Kilomba de maneira muito clara:

Kilomba sofisticava a análise sobre categoria do Outro quando afirma que mulheres negras, por serem nem brancas e nem homens, ocupam um lugar muito difícil na sociedade supremacista branca por serem uma espécie de carência dupla, a antítese da branquitude e da masculinidade. Nessa análise, percebe o *status* das mulheres brancas como oscilantes, pois são mulheres, mas são brancas, do mesmo modo, faz a mesma análise em relação aos homens negros, pois esses são negros, mas homens. Mulheres negras, nessa perspectiva, não são nem brancas e nem homens, e exerceriam a função de *Outro do Outro*.

Antonieta de Barros está nesse espaço de violação radical, de subalternização mais latente. Jarid Arraes (2017, p. 21) reafirma o papel de inspiração e de liderança dela diante das atuais militantes feministas negras:

Antonieta foi incrível
Na política um destaque
Foi pura pioneira

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Sempre pronta pro combate
A primeira mulher negra
Para vários dos debates.

É nesse contexto, de mulheres que reinventam sua existência em milagres cotidianos, que evocamos o termo heroína neste artigo. Mulheres como Antonieta de Barros enfrentam problemas humanos de dimensões épicas ao longo de suas vidas e apresentam virtudes que inspiram outras mulheres em situações hostis.

Tal educadora se tornou uma das primeiras a atingir cargos tão importantes para a vida em comunidade, abrindo caminhos que serão e já estão sendo percorridos por outras mulheres negras como a deputada e socióloga feminista Marielle Franco, conhecida por lutar e defender os moradores de periferias das iniquidades do Estado brasileiro e por ter sido brutalmente executada no dia 14 de março de 2018. Antonieta de Barros abriu caminhos também para Benedita da Silva, Janete Pietá, Jurema Batista, entre outras, enfim, para toda mulher negra que se insere no ambiente político institucional para combatê-lo de dentro.

Ela é, sem dúvida, representação de uma heroína negra cujas armas eram o lápis e o papel e sua luta baseava-se na apropriação da linguagem e das informações disponíveis como ferramenta contra o racismo e o sexismo que assolavam e, ainda assolam, o país. Assim, sua história deve interessar a todos nós, não apenas aos catarinenses e aos negros, pois é uma trajetória de luta pela democracia e pelos direitos da cidadania plena.

Sua libertação, tanto da pobreza quanto das outras opressões articuladas com as quais precisou conviver, foi ancorada pelos estudos, pelo engajamento político e pelo compromisso com a educação de outras pessoas que careciam de orientação e apoio. Isto porque *“ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”* (FREIRE, 1997, p. 52). Ao libertar suas (seus) irmãs(ãos), Antonieta também se libertava e deixava uma marca de resistência e luta que perpassa várias gerações.

Em *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis*, Jarid Arraes (2017, p. 22) denuncia o processo de apagamento que ocorre com narrativas como a de Antonieta:

Nas escolas não ouvimos
Essa história impressionante
Mas eu uso o meu cordel

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

Que também é importante
Para que você conheça
E não fique ignorante.

O trecho acima remete à pertinência da sociologia crítica de Aníbal Quijano ao desvelar as agruras da classificação racial e do etnocentrismo colonial partindo do conceito de colonialidade do poder. Não obstante, a história de Antonieta de Barros expõe a imprescindibilidade do pensamento da filósofa e ativista argentina María Lugones e seu conceito de colonialidade do gênero.

Ela observa que, nas sociedades formadas a partir de processos de colonização, a patriarcalização, o rebaixamento das indígenas e a mundialização de estereótipos hegemônicos do que é ser mulher também são sustentáculos da própria colonialidade do poder e do racismo, não meros produtos deles. Lugones amplia as epistemologias decoloniais acrescentando às colonialidades do poder, do ser e do saber, a colonialidade do gênero, criticando diretamente o pensador peruano supracitado:

para Quijano, as lutas pelo controle do “acesso ao sexo, seus recursos e produtos” definem a esfera sexo/gênero e são organizadas a partir dos eixos da colonialidade e da modernidade. Essa análise da construção moderna/colonial do gênero e seu alcance são limitados. O olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero. Seu quadro de análise – capitalista, eurocêntrico e global – mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não-brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. Conseguimos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmistificamos as pressuposições de tal quadro analítico.⁴

A ideia de gênero utilizada por Quijano, na perspectiva da filósofa argentina, seria demasiado restrita e não escaparia do binarismo homem/mulher proposto pela colonização europeia com vistas ao controle das práticas sexuais e reprodutivas. Ou seja, o conceito de gênero empregado pelo autor peruano ainda seria tributário da biologia e da naturalização tanto da heterossexualidade quanto das diferenças

⁴ LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. Disponível em: <<https://bazardotempo.com.br/colonialidade-e-genero-por-maria-lugones-2/>>. Acesso em: 18 de jul. 2020.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

sexuais, uma vez que tais ideologias e práticas de gênero foram impostas pelos colonizadores e, inicialmente, desconhecidas pelos povos originários.

Após as independências, o pensamento colonial moderno permaneceu fundamentando a exploração do trabalho assim como a opressão por classe, por raça, por gênero e sexualidade de modo simultâneo. Fundamenta ainda a manutenção dos privilégios dele decorrentes no Brasil, bem como reproduz, ainda hoje, as perspectivas eurocêntricas.

O desprezo e o esquecimento de saberes dos povos originários, da cultura afro-brasileira e o apagamento ou escaneamento do conhecimento de mulheres como as que protagonizam este artigo evidenciam que a colonialidade incorporou e alimentou o racismo estrutural e o patriarcado da colonização.

Os estudos decoloniais sobre a reprodução e o rearranjo de relações de dominação na contemporaneidade têm como pauta sistemas correlacionados de opressão. É nesse contexto da crítica feminista, inclusive à teoria decolonial feita por homens, que Arraes, falando de mulheres não-brancas e não-burguesas, a partir de uma ex-colônia, comprova o poder do cordel como gênero híbrido e legítimo usado, tradicionalmente, na cultura nordestina brasileira para difundir histórias populares, deixando claro que sua obra é uma luta contra a alienação do povo de sua própria cultura e história. É uma luta contra a ignorância causada pelo poder hegemônico colonizante que padroniza e homogeneiza a diversidade que forma a realidade brasileira em favor do domínio do pensamento branco ocidental.

Em vista disso, para lutar contra o silenciamento, Jarid Arraes termina esse cordel convocando todas(os) as(os) leitoras(res) a espalhar a história dessa heroína negra. Ou seja, incita todas(os) a serem disseminadoras(as) da cultura negra, a multiplicarem os saberes adquiridos e, assim, terem um papel ativo na sociedade como enunciadores da cultura brasileira que está para além do olhar eurocêntrico.

Na mesma obra, a cordelista traz-nos também Esperança Garcia, outra personagem negra que utilizou a educação e o conhecimento para organizar rebeliões contra o poder eurocêntrico e patriarcal. Nascida em 1751, era uma mulher escravizada que, alfabetizada ilegalmente em fins do século XVIII, no Piauí, redigiu uma carta endereçada ao Presidente da Província de São José do Piauí, denunciando os maus tratos e as violências brutais a que era exposta.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

No início de sua vida, Esperança Garcia vivia com os padres jesuítas na Fazenda Algodões onde foi batizada e possivelmente alfabetizada nos dogmas cristãos. Lá, se casou e teve uma filha, entretanto, tudo mudou com a influência do Marquês de Pombal, Secretário de Estado – cargo equivalente a Primeiro Ministro – no reinado de D. José I de Portugal, de 1750 a 1777, que expulsou os jesuítas do Brasil. Isso resultou na transferência de Esperança Garcia, agora escravizada sob a custódia do governo provincial, para uma fazenda em Nazaré, também no Piauí, onde seria cozinheira.

Nessa nova fazenda, suas condições de vida pioraram drasticamente já que, além ser separada da família, era espancada diariamente sem qualquer motivo, punição que também era aplicada em sua filha. Ali, a vida de Esperança Garcia como a dos seus parceiros(as) do cativo foi tomada pela dor e pelo sofrimento. Buscando transformar sua realidade, ela resolveu escrever uma carta que foi enviada, no dia 6 de setembro de 1770, ao presidente da província. A epístola denunciava as violações que sofria pelo cruel feitor da fazenda em Nazaré e pedia providências. Dizia na carta que vivia a apanhar, chegando a sofrer tentativas claras de homicídio e, por isso, pedia que fosse devolvida à Fazenda dos Algodões para que pudesse ter uma vida melhor e pudesse batizar sua filha.

Por pesquisas feitas sobre a condição de vida dos escravizados nas fazendas da região naquele período, sabemos que a expectativa média de vida era curta, em torno de 35 anos. Com 30 anos de idade, o trabalhador escravizado já era considerado velho, com muitas limitações físicas para o serviço pesado demandado.

Era comum os escravizados desenvolverem problemas de saúde. Entre as crianças, doenças como sarampo, varíola, catarrão; entre os adultos, suas enfermidades eram descritas como “doente de gálico” (sífilis), “padece do estômago”, “doente de hidropisia” (barriga-d’água), “doente da gota”, além de lesões nas mãos, pernas e pés, doenças nos olhos e cegueira. Muitas dessas enfermidades, segundo relato do presidente da província, em 1867, eram decorrentes dos arriscados e pesados serviços forçados.

Apelando à compaixão do homem branco com argumentos cristãos e também restaurando sua humanidade ao se autoenunciar como cristã que semeia a fé, Esperança Garcia, de forma engenhosa, se apropria da religião e da língua do homem

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

branco para subverter sua condição de escravizada e exigir uma vida digna para si e sua família.

Na carta, Esperança Garcia roga para que tenha o direito de batizar sua família e de se confessar pelos pecados cometidos, denunciando que, na fazenda onde estava, não havia confissão, nem batismo, nem missa. Jarid Arraes (2017, p. 60) escreve:

Foi usando desses pontos
Seu exemplo de esperteza
Por fazer da fé cristã
Argumento de clareza
Para ver se conseguia
Do governo uma presteza.

Esperança Garcia resiste à escravização valendo-se da alfabetização e da reivindicação por justiça à uma autoridade para se autodefinir e falar sobre a realidade que experimentava como autora legítima de sua própria vivência. Assim, essa heroína negra corajosamente quebra o silêncio e utiliza a linguagem como ação, conforme preconiza a ativista dos direitos civis caribenha-americana Audre Lorde, em seu texto, publicado no Brasil sítio *Geledés*⁵. Apresenta-se como sujeito socialmente ativo, como alguém que pensa e fala por si e não um objeto pensado e enunciado por outros.

Com essa ideia, Lorde também revela outro método importante dos feminismos negros: o de conciliar habilmente sofisticação intelectual, prática política, análises teóricas às atividades de militância e projetos com funcionalidade social. Ironiza explicitando que, para as intelectuais negras, sobreviver é uma demanda constante, então não podem apenas se valer dos estudos como *hobby* ou calcados em abstrações como muitas vezes faz a academia. Precisam usá-los como forma prática de viver, garantindo voz e cidadania. A autora afirma que:

Cada uma de nós está hoje aqui porque de um modo ou outro compartilhamos um compromisso com a linguagem e com o seu poder, também com a recuperação dela que foi utilizada contra nós. Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é de uma necessidade vital para nós estabelecer e examinar a função dessa

⁵ LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

transformação e reconhecer seu papel igualmente vital dentro dessa transformação⁶.

Nesse processo, trapaceia-se o poder de colonialidade do senhor da casa grande com os recursos intelectuais utilizados por ele mesmo para oprimir e separar. Alfabetizar e educar negros escravizados eram considerados atos ilegais no Brasil até a abolição da escravatura, em 1888. Sobre isso, narra Arraes (2017, p. 60-61):

Porque no Brasil passado
O escravo era excluído
Sem saber ler e escrever
Sem poder ser instruído
Caso alguém fosse enfrentar
Acabava sendo perseguido.

Era crime muito grave
Ensina escravo a ler
Pela lei que existia
Era o jeito de viver
E seria muito preso
Quem fosse contradizer.

197

A autora periférica contemporânea entende que impedir o acesso à educação era uma maneira de segregar e apagar o indivíduo escravizado da sociedade, interditando algumas possibilidades de comunicação e articulação política. Nessa circunstância, a carta e a capacidade de fala de Esperança Garcia são ainda mais relevantes, pois é um dos primeiros e mais antigos documentos que denunciam maus tratos contra pessoas escravizadas no Brasil.

A cópia da carta de Esperança foi encontrada pelo historiador brasileiro Luiz Mott que publicou o documento em 1979. Não se sabe do desfecho do caso, se houve resposta ou se os pedidos de Esperança foram atendidos. Sobre a carta, Mott afirma:

Outra minha importante descoberta arquivística foi um pequeno documento, uma única página escrita à mão, todo cheia de garranchos com muitos erros de português: trata-se de uma petição escrita em 1770, por uma escrava do Piauí, Esperança Garcia. Trata-se do documento mais antigo de reivindicação de uma escrava a uma autoridade. Documento insólito! Primeiro por vir assinado por uma

⁶ LORDE, Audre. **A transformação do silêncio em linguagem e ação**. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

mulher, já que mulher escrever antigamente era uma raridade. As mulheres eram vítimas da estratégia de seus pais, mantê-las distante das letras, a fim de evitar que elas escrevessem bilhetinhos para os seus namorados. Segundo, por se tratar de uma petição escrita por uma mulher negra⁷.

Observamos que Esperança Garcia, embora tenha sido alfabetizada, teve um acesso precário à escrita formal e padrão, pois, como relata o pesquisador, sua carta, com uma caligrafia pouco desenvolvida, continha inúmeros erros ortográficos e sintáticos. Isso se reflete na constante histórica da precarização do ensino oferecido às(aos) negras(os) desde o período escravocrata que lhes vedava o acesso, até tempos atuais, quando fatores de gênero, raça e classe ainda condicionam o acesso e a qualidade da educação.

Luiz Mott diz ser um documento insólito por ter sido escrito por uma mulher negra que, provavelmente, estaria no papel de redatora de tal carta, já que, na época, poucas mulheres brancas sabiam escrever e havia um número menor ainda de negras alfabetizadas. Assim, o lugar de fala da mulher negra, sendo “Outro do Outro”, é, mais uma vez, demonstrado.

Numa abordagem crítica que visa restaurar o papel da mulher negra como enunciativa, contrariamos o historiador por entendermos que esta carta não é um documento “insólito”. Pelo contrário, trata-se de um documento histórico essencial para a reescrita das narrativas negras, que não podem se circunscrever ao exotismo. É símbolo da resistência ao epistemicídio, é prova da presença ativa negra e de suas ferramentas de luta pela libertação.

A própria Angela Davis entende que o caminho para a emancipação das mulheres negras é a educação, sendo a poesia também fundamental para a expressão e a existência delas, como também percebe Audre Lorde, no texto *Poesia não é luxo*, presente no livro *Sister Outsider* (2007).

Desde os primórdios do período escravocrata, as(os) negras(os) têm demonstrado grande interesse pela educação, buscando formas clandestinas de se alfabetizarem e terem acesso ao conhecimento. Muitos entendiam que a informação e o conhecimento era o caminho para se livrar daquela situação degradante e obter,

⁷ Disponível em: <<http://culturadigital.br/cartaesperancagarcia/esperanca-garcia/>>. Acesso em: 11 set. 2018.

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

finalmente, a real liberdade de agir e pensar por si mesmos. Davis (2016, p. 108) declara que *“O conhecimento torna uma criança inadequada para a escravidão”*.

De acordo com a ideologia escravocrata dominante, a população negra era incapaz de progressos intelectuais, mas *“as pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha coletiva de seu povo por liberdade”* (DAVIS, 2016, p. 112.).

A voz das mulheres, especialmente das pobres, negras e com pouco acesso ao ensino oficial, foi silenciada. Sua produção intelectual, fator de identidade e reconhecimento, também passou pelo mesmo processo, produzindo um grande e catastrófico genocídio cultural: um verdadeiro epistemicídio infligido a esse grupo.

Desse ponto de vista, tendo como referência os estudos da filósofa e ativista brasileira do feminismo negro Sueli Carneiro a respeito do termo, no texto *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, o epistemicídio deriva-se, etimologicamente, da junção de *episteme*, que em grego significa conhecimento, com o sufixo “cídio”, derivado do *caedere* latino, que denota aniquilamento e morte. Portanto, o epistemicídio é entendido como a destruição intencional e sistemática de saberes, conhecimentos e culturas de grupos minoritários que não são assimilados pelo ideal de branquitude e civilidade.

Imagem 1 – Gravura de Esperança Garcia que introduz seu cordel



Fonte: ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017, p. 54-55.

Jarid Arraes marca a presença e a importância históricas de Esperança Garcia como arguta defensora da liberdade e emblema para o orgulho da força e do poder ancestral presente em toda mulher negra que hoje caminha por esse país. Por solicitação da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra do Piauí, ela foi reconhecida, em 2017, pela OAB do estado como a primeira advogada piauiense, pois sua carta, segundo as nomenclaturas do Direito, tem um tipo de texto análogo a uma petição.

A cordelista e a desenhista – Gabriela Pires – de *Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis* permitem aos leitores saber que essa personagem tinha acesso a roupas, adereços e brincos que revelam maior *status* e recursos. Benefícios destinados às negras que, embora escravizadas, foram alfabetizadas de forma clandestina e batizadas no cristianismo, exatamente o caso de Esperança Garcia, como vimos anteriormente. Portanto, a representação acima é condizente com as imagens encontradas nos registros históricos a ela relacionados, o que demonstra a

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

preocupação investigativa de Jarid Arraes e Gabriela Pires em divulgar essas trajetórias baseando-se nos documentos e arquivos históricos.

As atitudes de rebeldia de Esperança Garcia, aparentemente individuais, reivindicavam o direito universal a um tratamento mais humanizado e atingiram esferas maiores e coletivas para a comunidade negra de tal modo que Arraes conclui reiterando que reescrever, preservar e difundir essa narrativa é um prazer e um compromisso para a escritora negra que é e se afirma.

Notamos também na poesia de cordel de Arraes, as relações múltiplas entre oralidade, escrita e imagem, remetendo às tradições medievais expressas nos formatos midiáticos do tempo presente. Na gravura reproduzida abaixo, a autora nos apresenta, novamente pelos traços de Gabriela Pires, outra personagem negra pouco conhecida que viveu entre 1822 e 1917, Maria Firmina dos Reis. Trata-se da professora e abolicionista maranhense considerada a primeira romancista do Brasil.

Ao seu lado, na gravura, observamos uma pilha de quatro livros deitados que escoram o quinto em destaque, cujo título *Úrsula* (1859), ao contrário dos demais, podemos ler uma vez que representa sua obra-prima, datada de 1859. Embora pouca gente saiba, Maria Firmina dos Reis publicou além do romance *Úrsula*, poesias, canções, ensaios e contos, ou seja, é autora e intelectual com vasta e precursora produção e que precisa ser lembrada na história da literatura brasileira. Ela usou o pseudônimo “Uma Maranhense” para enfrentar os obstáculos para se inserir no meio literário patriarcal e escravista em que vivia. Essa heroína negra, inclusive, tinha consciência de seu papel marginalizado dentro do campo literário, marcado pela colonialidade do saber:

Quando publicou seu livro
Chegou mesmo a falar
Que não tinha educação
E o prestígio elementar
De quem era branco e rico
Podendo a tudo comprar. (ARRAES, 2017, p. 110)

Os males da escravidão eram por ela denunciados por meio da literatura. E seu trabalho articulava poética e ativismo político pelas letras que sonhavam com o fim da escravização. Não à toa, foi aprovada em concurso público na cidade maranhense de Guimarães, tornando-se professora de escola primária em 1847.

Imagem 2 – Gravura de Maria Firmina dos Reis que antecede seu cordel



202

Fonte: ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras:** em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2017, p. 104-105.

As gravuras de Esperança Garcia e Maria Firmina dos Reis, que antecedem as narrativas de cada cordel, sublinham a importância de ambas para se entender o passado escravocrata brasileiro, na perspectiva da resistência e da atuação positiva das mulheres negras. Assim, a partir da inclusão da imagem da carta e da pena para escrever relacionada à figura de Esperança Garcia; e dos desenhos de livros ao lado da imagem de Maria Firmina do Reis, Arraes enfrenta o processo colonizante de invisibilizar a cultura afro-brasileira e inviabilizar a produção do conhecimento por mulheres.

Jarid Arraes identifica Maria Firmina dos Reis com a recusa dos conceitos e pensamentos que corroboram o ideal de embaquecimento, visto que era filha bastarda e sem recursos financeiros de mãe branca e pai negro:

Maria Firmina dos Reis
De mulata foi chamada
Mas renego esse termo

Pra gente miscigenada
Reconheço-a como negra
Sendo assim bem nomeada. (ARRAES, 2017, p. 107)

Dessa forma, Arraes, ao fazer a reescritura dessa história, rejeita expressões racistas que possam estar contidas nos registros históricos, como é o caso da neutralização e negativização das(os) negras(os) ao aderir a termos como “mulata”, “morena” e “parda”. Lembrando que a etimologia do vocábulo “mulata” remete, de forma pejorativa, às mulas como animais híbridos. Por isso, a cordelista define Maria Firmina dos Reis como “negra”, apesar de sua origem miscigenada, pois a autoafirmação é resistência pelo orgulho e pela aceitação de sua afrodescendência como fator determinante de sua existência e não mais característica identitária negada e degenerada como seria o uso dos termos aqui rechaçados. Por fim, Maria Firmina dos Reis pode ser vista como precursora de Carolina Maria de Jesus, de Conceição Evaristo e da própria de Jarid Arraes, das mulheres negras brasileiras que escrevem. Arraes (2017, p. 111) reafirma o pioneirismo desta autora:

203

Porque graças a Firmina
Hoje temos esse espelho
Da mulher negra escritora
E que publicou primeiro
Um livro abolicionista
Como mais belo centelho.

A palavra “espelho” demonstra que Maria Firmina dos Reis é um exemplo a ser seguido. Já o termo “centelho”, rimada com a anterior, complementa o sentido e demonstra seu caráter de estimular, de provocar, de acender a escrita das outras mulheres negras, sendo fagulha que abre o fogo da poética de autoria feminina negra. Esse cordel termina com Arraes reivindicando, mais uma vez, uma correção na historiografia literária brasileira que excluiu as obras marcantes dessa precursora tão significativa e, por isso, relembra mais duas obras abolicionistas de Maria Firmina dos Reis: o conto *A escrava* (1887) e a coletânea de poemas *Cantos à beira mar* (1871).

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, conclui-se que pensar uma sociedade da informação e do conhecimento que seja democrática, que pensar seriamente a educação no país, implica divulgar histórias como essas – tal qual fizeram Karla Maria e Jarid Arraes –, implica pensar a igualdade de gênero relacionada

Dossiê: Ensino de História, História das Mulheres e Desigualdades Sociais no Brasil

a algo maior: a construção de uma sociedade mais igualitária em que todos sejam feministas. As histórias de Bruna Rocha, Carla Carvalho, Cecília Dias de Oliveira, Ilza Aparecida Fortes e Maria da Penha Silva, tais quais as de Antonieta de Barros, Esperança Garcia e Maria Firmina dos Reis devem interessar aos homens, aos brancos e aos economicamente favorecidos. São eles que precisam reconhecer seus privilégios e desamparar a falácia meritocrática.

Ou seja, para a estruturação de um novo modelo de sociedade é preciso que todos confrontem os problemas de gênero, que saiam do lugar-comum e do conforto para enxergarem em si o início da mudança necessária. Não é outro o caminho proposto por Chimamanda Ngozi Adichie, escritora nigeriana, ao considerar como feminista qualquer um que enxergue os problemas de gênero, formule e coloque em prática estratégias para resolvê-los (2015, p. 49). Como vislumbrou Paulo Freire, “*não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser*” (2006, p. 100). Ser no mundo, com o mundo e para o mundo sem subjugar, oprimir ou domesticar.

204

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. Tradução Christina Baum. São Paulo: Companhia das letras, 2015.

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras**: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo, 2005. 339 p. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação). Pós-graduação em Educação, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 19. out. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: Batalhas de ideias**, n. 1, Brasil, p. 12-20, p. 2011.

LORDE, Audre. A transformação do silêncio em linguagem e ação. In: **Associação de Línguas Modernas**, painel Lésbicas e literatura, 1977. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

LORDE, Audre. Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa grande. Tradução Renata. **Geledés**, 10 set. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mulheres-negras-as-ferramentas-do-mestre-nunca-irao-desmantelar-a-casa-do-mestre/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. Disponível em: <<https://bazardotempo.com.br/colonialidade-e-genero-por-maria-lugones-2/>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

MARIA, Karla. **Mulheres extraordinárias**. São Paulo: Paulus, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. Tradução Dina Lida Kinoshita. **Novos rumos**. Marília-SP: Unesp, nº 37, 2002. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF

*RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial**: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Universidad del Cauca, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.